

POLÍTICA

MACÁRIO BATISTA
POLÍTICA

Pefoce atuou na identificação de bogueiro cearense procurado por tentativa de atentado a bomba em Brasília

A Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce), por meio da Coordenadoria de Identificação Humana e Perícias Biométricas (CHIPP), colaborou com a identificação do bogueiro cearense Wellington Macedo de Souza, 47, procurado pela Polícia Federal (PF). O homem, que está com um mandado de prisão preventiva em aberto, é investigado por participação em atos de vandalismo e tentativa de invasão a um prédio da Polícia Federal em 12 de dezembro de 2022, além de uma tentativa de explosão de uma bomba na área do aeroporto de Brasília, em 24 de dezembro do mesmo ano. Segundo a investigação da PF, Wellington Macedo, que já tem antecedentes por contravenção penal, denúncia caluniosa e crime contra a incolumidade pública, teria auxiliado outros dois homens a colocar uma bomba próxima a terminal aeroportuário da capital do país. Ele é investigado por dano qualificado, incêndio maiorado, associação criminosa, obediência violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado. Com as informações coletadas, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) solicitou apoio à Perícia Forense do Estado do Ceará para confirmar a identificação de Wellington. A Pefoce, por meio do Núcleo de Arquivo Onomástico da Coordenadoria de Identificação Humana e Perícias Biométricas (CHIPP), fez uma busca nos prontuários civis do banco de dados, cruzando informações coletadas pela PF com os registros da Pefoce. A busca durou algumas horas. Ao fim, o Núcleo de Arquivo Onomástico fez um relatório encaminhado à autoridade policial. O suspeito havia sido preso, em 3 de setembro de 2021, após o cumprimento de mandado de prisão expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por fincar ataques anti-democráticos contra instituições. Após o cumprimento do mandado, Wellington Macedo foi liberado com o uso de biométrica eletrônica. Ele rompeu o mecanismo de monitoramento e atualmente se encontra foragido. O Núcleo tem um papel importante, não somente para arquivar as identificações civis de pessoas que residem ou residiram no Ceará desde 1923, mas por ser também um suporte ao trabalho de inteligência realizado pela Polícia Civil ou Polícia Federal, em investigações de crimes realizados no Estado ou em outras partes do país.

Frase: "Começa bem o Ministro Camilo. Nenhum projeto de educação avança sem a valorização dos Professores." Gilvan Paiva, internauta, sociólogo e professor.



Guimarães aposta que "chegará" a Bolsonaro. Líder do Governo Lula (PT) na Câmara Federal, o deputado José Guimarães (PT) fez uma série de declarações duras a respeito das investigações em curso sobre a quebra de sigilo do último dia 8 de janeiro em Brasília. Em entrevista a emissoras de rádio, o líder petista destacou a importância da punição de "peixes gordos" no caso, citando inclusive uma possível responsabilização do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Adiamento
Pessoas do delegado-geral da Polícia Civil e do comandante-geral da Polícia Militar são adiadas. O Governo do Ceará informa que as poses do delegado-geral da Polícia Civil e do comandante-geral da Polícia Militar serão remarçadas. Novas datas serão informadas em breve.

Detalhando o piso
Dois integrantes do Ministério Camilo Santana "Anunciam aos nossos professores e professoras que assinará portaria que estabelece o novo Piso Magistério 2023: RS 4.420,55. O piso de 2022 era RS 3.845,63. A valorização dos profissionais da educação é fator determinante para o crescimento do país."

Até 11 anos
Chegará a todos os Estados, a vacina prometida, contra o COVID. O Governo mandou tudo o que tinha, cerca de 750 mil doses para atendimento a crianças até 11 anos. O imunizante completará o ciclo de vacinação com novas doses e primeiro e segundo reforços.

Mais informações do Macário Batista:
e-mail: macariobatista@uol.com.br
macariobatista.blogspot.com

Aliados de Lula apontam que nomes do PL ensaiam adesão

As conversas têm envolvido parlamentares mais ligados ao centrão do que a Jair Bolsonaro. O movimento já ocorre desde antes das invasões do dia 8

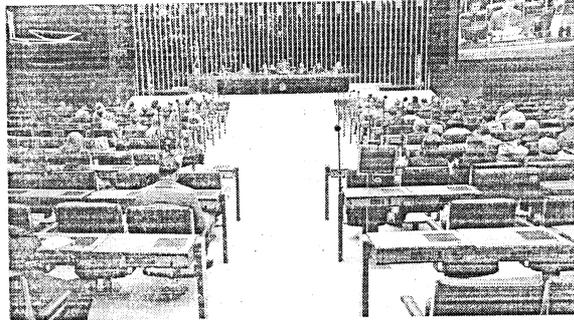
Integrantes de partidos que formam a atual base de apoio a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmam haver conversas com parlamentares da oposição, em especial do PL de Jair Bolsonaro, para adesão ao governo nos próximos meses da atual gestão. O movimento, dizem aliados de Lula, já ocorre antes dos atos golpistas protagonizados por bolsonaristas no dia 8 e é condizente com a tradição observada no mundo político em início de gestão.

No Senado não há amarguras para parlamentares madriarem de partido, caso atueiram. Na Câmara, é preciso entrar em acordo com a legenda ou esperar a janela partidária para trocar de sigla, algo que só vai ocorrer em 2026 — ou então conseguir aval da Justiça por outro meio.

Segundo governistas, um grupo de parlamentares pode recorrer a essa última opção argumentando que houve desvio do programa partidário do PL, presidido por Valdeemar Costa Neto ao questionar o resultado das urnas. O PL saiu das eleições de 2022 como maior bancada do Senado (com 14 senadores) e da Câmara (com 99 deputados). Parte considerável desse sucesso nas urnas se deve ao fato de o partido ter apostado na imagem de Bolsonaro para avançar sua força no Congresso.

O grupo, porém, se divide entre os "bolsonaristas raiz", ligados ao ex-presidente e com

Genília. O deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP), um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL), anunciou que pretende tomar o movimento um partido político e se apresentar Danilo Gentili como candidato para a presidência da República em 2026.



Parlamentares da sigla na Câmara Federal cogitam pedir aval da Justiça para mudar de partido

baixíssima probabilidade de conversas com o governo, e o "centrão raiz", que já se aliou do PSDB de Fernando Henrique a Bolsonaro, passando pelo PT de Lula. E esse o grupo-alvo do atual governo, que busca isolar o bolsonarismo no Congresso.

Além de aliados de Lula, a reportagem conversou reservadamente com integrantes do PL. Alguns negaram as conversas para adesão a Lula, outros confirmaram que elas existem. Um ponto ressaltado por congressistas que dizem participar das negociações é o de que alguns parlamentares do PL afirmam que antes de uma adesão formal precisariam passar por uma espécie de quarentena com seu eleitorado, majoritariamente an-

típista. Esse período seria necessário para a modulação do discurso e avaliação do terreno — uma decisão final envolve não só a relação Congresso-Executivo, mas as realidades eleitorais locais.

Nesse contexto, não haveria, entretanto, grandes entraves quanto a votar junto com o governo em pontos consensuais. Em temas da chamada pauta de costumes, os parlamentares manteriam posicionamento fiel ao de sua base de eleitores. Até porque Lula e seus aliados não têm indicado intenção de mexer com esses temas tão cedo.

Invasões
Os atos golpistas de 8 de janeiro levaram ao realinhamento de algumas expectati-

vas políticas no Congresso. No cenário traçado por alguns sob reserva, há risco inclusive para as eleições municipais de 2024, nas quais o PL espera conquistar mais prefeituras ainda sob efeito Bolsonaro.

Além do questionamento do resultado das urnas, o PL vive atualmente outro problema interno com os ataques ao Palácio do Planalto e aos prédios do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso. Os deputados bolsonaristas recém-diplomados André Fernandes (PL-CE) e Sílvia Waijny (PL-AP), além de Clarissa Fricio (PP-PE), se tornaram alvo da Procuradoria-Geral da República (PGR) por incitarem os atos golpistas.

www.ostadoc.com.br

Torres aprovou plano de segurança antes de invasões, diz ex-secretário

Fernando de Sousa Oliveira, ex-secretário-executivo do Distrito Federal, disse em depoimento à Polícia Federal (PF) que Anderson Torres aprovou, em 6 de janeiro, o Plano de Ações Integradas — o que definiu as ações das forças policiais e o tamanho do efetivo em 8 de janeiro.

Cavido pela PF nesta quinta (19), Fernando Oli-

veira disse que o então secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, não passou nenhuma orientação específica para inibir a manifestação golpista que deixou o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal destruídos.

Ele afirma que Torres não o "apresentou aos comandantes das forças policiais" antes

de viajar aos Estados Unidos, onde passaria férias. Oliveira ficou como substituto na SSP-DF enquanto o titular estava em Orlando — mesmo local onde ainda está o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Torres voltou ao Brasil no último final de semana e está preso no 4º Batalhão de PMDF. Ele é investigado em inquérito no STF por ter su-

portaneamente facilitado a ação dos bolsonaristas radicalizados. Apesar da alegação de férias, o ex-ministro da Justiça só poderia entrar em licença em 9 de janeiro, um dia depois do ato golpista.

O ex-secretário Fernando Oliveira foi demitido pelo interventor da Segurança Pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, em 10 de janeiro.

Publicidade de serviços municipais e estaduais, incluindo: Prefeitura Municipal de Guaiubás, Prefeitura Municipal de São José do Bonfim, Prefeitura Municipal de São José do Egito, Prefeitura Municipal de São José do Gramma, Prefeitura Municipal de São José do Ribamar, Prefeitura Municipal de São José do Bonfim, Prefeitura Municipal de São José do Egito, Prefeitura Municipal de São José do Gramma, Prefeitura Municipal de São José do Ribamar.

